

Cooperativismo agrário e suas características no Paraná.

ELPÍDIO SERRA*

Desde o início de sua implantação, nos anos 60, as cooperativas de produtores rurais têm desempenhado um papel de destaque no Paraná, principalmente em termos de assistência econômica e financeira a seus associados, entendendo-se por tal assistência, entre outras coisas, a remuneração justa aos produtos do campo, o barateamento dos insumos e de outros produtos utilizados na lavoura, a remuneração do capital social e a distribuição equitativa das eventuais sobras de final de exercício.

Em função desse desempenho, algumas barreiras foram criadas às empresas meramente capitalistas, que comercializam produtos agrícolas, impedindo, de certa forma, a sua livre atuação, pois concentram toda sua gama de objetivos em torno do rendimento de seu próprio capital, pouco importando qualquer vínculo que esse capital possa ter com o aspecto social de seu cliente.

No entanto, deve ser considerado que a simples ameaça das empresas capitalistas, em termos de disputa de mercado, forçou as cooperativas a se distanciarem da doutrina que justificou a

sua implantação, no século passado. Este é um fato facilmente comprovado no Paraná, onde, em alguns casos, não existem diferenças fundamentais entre o que é uma cooperativa e o que é uma empresa privada comum. Aliás, em alguns casos, a designação básica é que uma cooperativa tem como donos os produtores rurais filiados, enquanto que os donos da empresa privada não precisam ter, necessariamente, vínculo com o campo, para manipular comercialmente os produtos do campo.

Houve um determinado momento histórico em que as cooperativas tiveram que optar entre transformar-se em empresas modernas e burocratizadas, valorizando muito mais o econômico do que o social, ou seguirem a linha doutrinária herdada dos tecelões de Rochdale. O primeiro caminho foi o escolhido, embora o esvaziamento do conteúdo doutrinário não implicasse em alterações básicas nos tradicionais e conhecidos direitos e deveres componentes das sociedades.

Desta forma, um homem, — no caso —, o cooperado, apesar das transformações, continuou valendo um voto nas assembleias gerais, não importando quanta terra possuía ou quantas sacas de café ou toneladas de soja tenha produzido. Não deixa de ser um dos resquícios da filosofia cooperativista.

Na nova situação criada, muito mais sob pressão do que sob inspiração da concorrência de mercado, as cooperativas armaram-se de toda uma

(*) Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, com curso de Pós-graduação "Lato Sensu" em Organização do Espaço — Bases para Planejamento Urbano e Regional. CESULON/USP.

estrutura modernizada, que ocupa desde pessoal administrativo bem remunerado até sofisticados sistemas de computação eletrônica. Deixou de existir, como consequência, aquela idéia de que uma cooperativa constituída de agricultores deveria ser administrada por agricultores. Apenas os dirigentes maiores, ocupantes de cargos eletivos, continuam sendo produtores rurais e fazem o vínculo entre entidade e zona rural. Aliás, esta nova fase conta com o endosso do Governo Federal, tanto que, logo após ser empossado na presidência do Banco Nacional do Crédito Cooperativo, o sr. Toshio Shibuya afirmou que a "cooperativa deve ser encarada como empresa de caráter comercial e, dessa maneira, preparada para enfrentar as provocações da competição, da concorrência, onde sobrevivem os que apresentam maior dinamismo e eficiência no comportamento comercial. A competição e a concorrência se encontram em todos os níveis empresariais e delas não estão imunes as cooperativas"¹.

Se a nova fase produz bons resultados no campo econômico e financeiro, deixa de produzir no campo social. Isto porque o produtor paranaense passou a ver na sua entidade mais um instrumento de ganhar dinheiro, do que um instrumento de aproximação e mútua colaboração com outros produtores rurais. A idéia que se tem é que falta, ao produtor associado, a verdadeira mentalidade que inspirou o cooperativismo no século passado, e que de certa forma foi utilizada a partir da década de 60, quando explorados pelos comerciantes e intermediários, e desamparados pelo governo da época, os agricultores viram na união a única fórmula de defesa e ao mesmo tempo de ataque. Hoje, apenas as compras e as vendas em comum conservam o espírito associativista e, assim mesmo, porque neste sistema se opera a simbiose da ajuda mútua e, principalmente, da ajuda própria. O desinteresse chega ao ponto das assembléias gerais das cooperativas contarem sempre com um reduzido número de associados, não importando a profundidade dos assuntos programados para discussão. Outro detalhe é que raramente as assembléias são iniciadas em primeira ou em segunda convocação, havendo a necessidade da terceira convocação, onde, estatutariamente, podem ser iniciadas com qualquer número de associados presentes. Para vencer este problema, algumas entidades — caso específico da Cooperativa de Cafeicultores de Maringá — oferecem, como iscas para atrair o público às suas assembléias, churrasgadas e chopadas, para que a presença de associados possa ser considerada como certa.

O que interessa, de fato, aos associados, é que as cooperativas paguem bons preços por seus

produtos, distribuam boas sobras em dinheiro no final do exercício e ainda forneçam insumos, peças e implementos agrícolas a baixos preços. Não há motivo para participação, mesmo através de reclamações, quando todos esses objetivos são atingidos. E, aí, um outro problema entra em cena: quando a entidade deixa de ter condições de maximizar os lucros e minimizar os custos, começa a perder elementos do seu quadro social, abrindo desta forma um caos econômico, cada vez maior em torno da sua estrutura. Sem associados produzindo, não há recebimentos de produtos agrícolas e, sem recebimentos, não existe giro de dinheiro, e as vantagens começam a desaparecer gradativamente. Quando isso acontece, dois caminhos surgem à frente de uma cooperativa em crise: ou fecha suas portas, opção que no Paraná é evitada até as últimas consequências, ou se oferece para ser incorporada por outra cooperativa mais forte. Este, aliás, tem sido o destino de diversas entidades paranaenses, incorporadas principalmente pela Cooperativa de Cafeicultores de Maringá e pela Cooperativa Agrícola Morãoense, consideradas as duas maiores empresas do gênero no Estado e duas das maiores do País². Observa, diante desse quadro, uma tendência do contínuo desaparecimento de pequenas cooperativas e o consequente crescimento ainda maior das já consideradas grandes empresas cooperativistas.

Interessante observar que em outros países, caso típico da Holanda, o que existe é um número muito elevado de pequenas cooperativas, cada qual operando em um setor de atividades e tendo campo de ação bastante limitado. Impedir o gigantismo, parece ser fundamental para que o produtor associado sinta-se ao nível de sua sociedade e participe o máximo possível de suas iniciativas. No Brasil, de um modo geral e no Paraná de um modo particular, o que acontece é justamente o oposto: as cooperativas não têm limites dentro de sua concorrência de mercado, respeitando apenas alguns limites, em termos de área de ação e de responsabilidade. As mais capacitadas e mais beneficiadas, em termos de administração, conseguem, desta forma, centralizar em torno de si uma gama muito elevada de funções e atribuições. Ao mesmo tempo em que recebem produtos da lavoura, estas empresas comercializam insumos, máquinas agrícolas, movimentam seguradoras e financeiras, dominam complexos industriais e conseguem executar vendas diretamente nas bolsas de Chicago e de Nova Iorque, surgindo a necessidade de equipamentos sofisticados, que adquirem a altos custos e que fogem do alcance das entidades de menor porte.

Lógico que neste avanço, não o sistema cooperativista como um todo, mas algumas de suas entidades representativas conseguem enfrentar

sem maiores problemas as chamadas grandes empresas estrangeiras. Na competição, as associações levam vantagens porque enquanto as empresas visam ao lucro para si, as cooperativas visam ao lucro para seus associados, no caso, os produtores rurais. O lucro é transferido diretamente para o homem do campo, situação que ajuda a suprimir desequilíbrios sócio-econômicos e que dificilmente uma empresa privada comum, nacional ou estrangeira, teria condições de executar.

O quadro que se tem, diante das características básicas do cooperativismo agrário implantado no Paraná, é, portanto, que as entidades surgem em função da simples conveniência de defesa, através da união de uma classe produtora. Uma vez que a entidade implantada e uma vez produzindo alguns resultados práticos em benefícios dos associados, estes começam a se distanciar, preferindo desfrutar da sociedade do que desfrutar a sociedade. Filiar-se a uma cooperativa passa, como conseqüência, a ter significado de um investimento que deve produzir lucros imediatos. A gerência desse investimento é entregue a uma equipe de executivos que trabalham supervisionados por um quadro dirigente, praticamente a única representa-

ção dos associados dentro da empresa. Uma situação, sem dúvida, muito cômoda e que, se tem dado resultado positivo, é em função de dois fatores fundamentais: a capacidade de quem administra e os volumes de produtos agrícolas entregues pelos associados. Com a interligação desses dois fatores, o sucesso está garantido. Mesmo com a ausência da mola mestra do sistema — o produtor associado.

1. O trecho transcrito foi extraído do "Jornal de Serviço Cocamar", editado pela Cooperativa de Cafeicultores de Maringá, edição de outubro de 1980, página 07.
2. As revistas EXAME e VISÃO publicaram, em setembro de 1980, a relação das maiores empresas brasileiras nos diversos setores da atividade econômica, figurando nos primeiros lugares, — setor da agroindústria —, a Cooperativa Agrícola Morãoense — Coamo e a Cooperativa de Cafeicultores de Maringá — Cocamar. Na publicação da revista EXAME, a Coamo foi considerada a empresa de melhor desempenho na agroindústria, em 1979.